

***“O Desejo da Aliança”: Os Republicanos Radicais, a Aliança com a Grã-Bretanha e a Intervenção Portuguesa na Grande Guerra*** - ANTÓNIO PAULO DUARTE

*Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da*

*UNL*

[pdavi@clix.pt](mailto:pdavi@clix.pt)

A entrada de Portugal na Grande Guerra é um dos temas mais debatidos na historiografia portuguesa contemporânea. A intervenção de Portugal na guerra, mesmo à época, foi profundamente contestada e discutida, não sendo, de modo algum, consensual para os portugueses a nossa participação na contenda.

As justificações, classicamente aduzidas, para legitimar a intervenção portuguesa na contenda, a “defesa das colónias” e a “diferenciação ibérica”, foram mais recentemente contestadas pela dissertação de Nuno Severiano Teixeira. Este autor relevou como causa primordial para o intervencionismo, a disputa política interna e o objectivo de uma facção do republicanismo, mais conotada com o partido democrático, com o seu núcleo mais radical, de promover a participação portuguesa na Grande Guerra, como instrumento de afirmação na política interna. A intervenção, bem sucedida, serviria aos democráticos como instrumento de hegemonia política interna e de consolidação de uma República radical.

A intervenção de Portugal na I Guerra Mundial, mais do que um desiderato nacional, devia ser, assim, observada como uma política de facção, que auxiliaria, no fundo, um dos blocos em porfia na sociedade portuguesa.

Não se pretende, de todo, questionar completamente a visão de Nuno Severiano Teixeira, mas aduzir a esta, uma dimensão exterior, que se imbrica e mescla com a interior.

O “guerrismo” está, numa nova óptica, indissociavelmente ligado à “política inglesa” dos republicanos radicais. A sua visão da intervenção na conflagração imbrica a autonomia política interna com a externa.

A intervenção na I Guerra Mundial, na óptica dos republicanos radicais, como Afonso Costa, João Chagas ou José Relvas, visava igualmente alargar a margem de autonomia e de independência de Portugal no sistema internacional. A participação efectiva de Portugal na “Entente”, não visava reforçar a aliança luso-britânica, mas deslaçar Portugal da excessiva tutoria que sobre nós, parecia, para os republicanos radicais, exercer a Grã-Bretanha. Uma efectiva colaboração institucional com a “Entente”, isto é, pondo em paridade as nossas relações “estratégicas” com a Grã-Bretanha e com a França, aumentaria nossa liberdade de acção internacional, mitigaria a influência de Londres na nossa política externa e, sublinha-se, interna, aumentando o nosso prestígio em termos internacionais, e por essa via, a força da facção intervencionista na política interna. Mais, a autonomia face à Grã-Bretanha, a aproximação à França, através da nossa ligação institucional à Entente, asseguraria de forma mais sólida a nossa independência face às pretensões absorcionistas de Madrid.

O projecto intervencionista dos republicanos radicais era global e combinava a dimensão interior e exterior. Na verdade, as duas imbricavam-se, e o sucesso de uma estava dependente da outra. A autonomização de Portugal face à tutoria britânica, reforçaria automaticamente o poderio interior da facção que a alcançasse.

A conferência a apresentar tem por fito demonstrar esta perspectiva, evidenciando o papel da “política inglesa” dos republicanos radicais no intervencionismo por eles promovido. Para os republicanos radicais, a Grã-Bretanha era um obstáculo à consumação de uma República radical, que a intervenção deveria sobrepujar, pela afirmação da autonomia “estratégica” de Portugal na “Entente” e no conserto das nações.

A “gloriosa” participação na guerra, e principalmente, na Flandres, essencial a essa projecto, não só avolumaria a margem de autonomia de Portugal perante a Grã-Bretanha, como asseguraria a diferenciação ibérica e a soberania de Portugal além mar, tendo por corolário, o triunfo da República radical.

Curiosamente, a neutralidade Portuguesa na II Guerra Mundial teria fito semelhante: o alargamento da margem de acção “estratégica” de Portugal face à Grã-Bretanha.

A conferência começará por apresentar “a política inglesa” dos republicanos radicais, suas motivações e objectivos, para, em seguida, relacionar esta com os propósitos

intervencionistas dessa facção. De forma sucinta, procurará igualmente explicitar a política “radical republicana” para com a Grã-Bretanha, após a entrada do país na contenda, à luz dos objectivos expostos. Por fim, comparará, de forma o mais sintética possível, a “política inglesa” do republicanismo radical com a de Salazar aquando da II Guerra Mundial, procurando evidenciar as suas similitudes, mesmo quando os métodos eram diferentes.